

DIPLOMACIA

Brasil na expectativa do tarifaço

Donald Trump anuncia hoje aquilo que batizou como "Dia da Libertação", que estabelece a sobretaxa para diversos países

» RAFAELA GONÇALVES
» MAIARA MARINHO
» FERNANDA STRICKLAND

Chegou o dia prometido pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para a implementação das tarifas recíprocas. Governo e exportadores brasileiros aguardam com apreensão o anúncio oficial, que promete elevar em 25% os impostos de importação contra diversos países e produtos. A data foi apelidada pelo republicano como "Dia da Libertação" dos EUA.

Para o Brasil, a maior preocupação é com as exportações de produtos tarifados, como aço, minério de ferro e algumas commodities agrícolas. O Brasil exporta cerca de 4,5 milhões de toneladas de aço para o país, das quais a maior parte é de produtos semiacabados, fundamentais para a indústria siderúrgica americana.

Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que uma eventual taxa adicional dos EUA sobre os produtos brasileiros "causaria estranheza". O comércio entre os dois países é superavitário para os norte-americanos, por isso, Haddad considera que não haveria motivos para taxa dos produtos brasileiros.

"Causaria até algum tipo de estranheza se o Brasil sofresse uma retaliação injustificada, uma vez que temos uma mesa de negociação desde sempre com aquele país justamente para a nossa cooperação ser cada vez mais forte", disse, em coletiva de imprensa em Paris, após encontro com o ministro das Finanças da França.

Haddad defendeu que o governo espere os anúncios formais antes de tomar uma eventual medida, mas não poupou críticas às políticas protecionistas do republicano. "Quando a nação mais rica do mundo adota políticas protecionistas, parece não concorrer para a prosperidade geral. O mundo corre o risco de crescer menos, de aumentar menos a produtividade da sua economia", reforçou.

Diálogo aberto

Vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin afirmou a

Ed Alves/CB



Vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin afirmou que país vai insistir no diálogo, até que as medidas sejam detalhadas

jornalistas que o governo tem o dever de proteger e fortalecer a economia brasileira e classificou o relacionamento com os EUA como "importante", já que é para lá que exporta mais produtos de valor agregado. "Vamos aguardar qual a medida que os Estados Unidos vão tomar — não só em relação ao Brasil, mas em relação ao mundo", disse Alckmin, que também reforçou que o caminho e a disposição são sempre pelo diálogo. "O diálogo é permanente, o país aberto ao diálogo, defensor do comércio exterior, da aproximação entre os povos, não tem litígio com ninguém, é o ganha-ganha", comentou.

Na véspera do esperado anúncio sobre as tarifas, o governo dos EUA divulgou um relatório detalhado e analisando as práticas comerciais de diversos países — incluindo o Brasil, que foi destacado em seis das 397 páginas do documento. "Os exportadores dos EUA enfrentam incertezas significativas no mercado brasileiro porque o governo frequentemente modifica as taxas

tarifárias dentro das flexibilidades do Mercosul", diz um trecho. Sobre o relatório, Alckmin afirmou que o documento repete questões que já são antigas para a pauta americana. No caso do etanol, por exemplo, o ministro reconheceu que a tarifa cobrada pelo Brasil é mais alta, mas ponderou que os produtores brasileiros não conseguem "entrar tanto" nos Estados Unidos com a venda de açúcar.

Geopolítica

Segundo o economista e professor do curso de Relações Internacionais da ESPM Roberto Uebel os efeitos se estenderão além do comércio, afetando também as relações políticas e geopolíticas globais. "Trata-se de um fenômeno que chamo de fragmentação da multilateralidade", destacou.

Em relação ao Brasil, ele considerou o déficit comercial do país com os EUA e a possibilidade de expandir mercados além de Estados Unidos e China

— explorando destinos, como Vietnã e Japão, recentemente visitados pelo presidente Lula, ou economias emergentes como Índia e Indonésia, que devem se tornar potências até 2050 — os efeitos dessas tarifas podem ser atenuados.

"Minha maior preocupação são os impactos indiretos, especialmente no campo político. Como o Brasil se posicionará diante desse novo cenário internacional? Optará por uma relação pragmática com os EUA e o fortalecimento dos BRICS, ou buscará uma abordagem mais multilateralista, priorizando grupos como o G20, a OCDE e o Mercosul? Ainda não vejo uma resposta clara para essa questão", avaliou Uebel.

Mercado

Ontem, o mercado financeiro teve um dia mais calmo, após as oscilações que abriram a semana. O dólar caiu 0,38%, fechando a R\$ 5,682. Enquanto isso, a Bolsa fechou em alta de 0,68%. A performance da Petrobras ajudou,

em virtude da ameaça feita por Trump, de tarifar o petróleo russo. "Isso fez com que o petróleo subisse e acabou impulsionando as nossas petroleiras aqui; o setor de petróleo vem avançando, o que contribui com os setores de varejo e consumo, principalmente", disse ao **Correio** o head de renda variável da Veedha Investimentos, Rodrigo Moliterno. "O Brasil segue se apropriando de um fluxo positivo do estrangeiro, em virtude da política, principalmente dos Estados Unidos de impor tarifas, tem feito com que o investidor repense sua alocação, realocando em outros países. O Brasil tem se beneficiado", explicou Moliterno.

Trump deve anunciar hoje as tarifas recíprocas. Na avaliação de Moliterno, os investidores seguem bastante cautelosos diante desse cenário e buscando alternativas. "Junto a isso, alguns dados da China fizeram com que o minério tivesse uma performance positiva, voltando a puxar o setor com aproximadamente 2% e 3% de alta", comentou.

PL permite retaliar

» ISRAEL MEDEIROS

O plenário do Senado aprovou, ontem, o projeto de lei da reciprocidade econômica, por 70 votos a zero, como resultado de uma união entre governo e oposição. O texto, agora, é tratado como prioridade na Câmara, mas pode sofrer atrasos na votação por causa de uma obstrução liderada pelo PL, que quer a votação do PL da anistia.

Ontem, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que a proposta deve ser votada pelo Plenário nesta semana. "O episódio entre Estados Unidos e Brasil deve nos ensinar definitivamente que, nas horas mais importantes, não existe um Brasil de esquerda e um de direita, existem apenas representantes do povo", disse.

O texto permite que o Brasil imponha tarifas ou sanções a países que iniciarem algum tipo de restrição à compra de produtos brasileiros, como aumento de taxas, como é o caso dos EUA. As medidas podem ser tomadas pelo Executivo se houver, por parte de países que negociam com o Brasil, interferência em decisões soberanas com medidas comerciais unilaterais; violação de acordos comerciais ou exigência de padrões ambientais mais rígidos do que os adotados no país.

"Esse é um projeto de proteção aos produtos brasileiros e não de contramedidas ou contra outros países. Agora, se o Brasil tiver os seus produtos com retaliações desmedidas, hoje o governo passa a ter a possibilidade de adotar essas contramedidas na mesma base", afirmou a senadora Tereza Cristina (PP-MS), relatora do PL.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse que espera que o governo não precise se utilizar das sanções previstas no texto para negociar com outros países. "Esse texto da chamada reciprocidade oferece ao governo federal ferramentas que eu espero que não precisem ser usadas. Mas, se for concretizado um ataque a produtos nacionais, é evidente que nós não queremos brigar, mas não seremos subserventes", afirmou.

Paraguai endurece resposta à ação da Abin

» VICTOR CORREIA

O governo do Paraguai endureceu ontem a resposta à operação de espionagem realizada pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) contra o país. O chanceler Rubén Lezcano declarou que a invasão violou o direito internacional, e anunciou a convocação do embaixador do Brasil em Assunção, José Antônio Marcondes, para prestar esclarecimentos. Também chamou de volta seu representante em Brasília, Juan Angel Delgadillo. Estão suspensas ainda todas as negociações sobre o Anexo C do tratado de Itaipu até que o ataque seja devidamente explicado. O roubo de informações teria como objetivo dar vantagens ao governo brasileiro durante as negociações sobre a tarifa da hidrelétrica, de propriedade dos dois países.

As medidas representam uma escalada na tensão após resposta aparentemente branda da chancelaria paraguaia quando a invasão de sistemas foi exposta, na segunda-feira, pelo colunista Aguirre Talento, do portal Uol. Na ocasião, Lezcano minimizou o caso e disse não haver evidências de que o Brasil tenha roubado dados do Paraguai. A declaração, porém, ocorreu antes da manifestação oficial do governo brasileiro, que admitiu a operação, embora atribuindo a responsabilidade à gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro.

"Isso é uma violação do direito internacional, a intromissão em um assunto interno por parte de um país em outro", declarou ontem o chanceler paraguaio durante coletiva de imprensa. Também participaram os ministros de Tecnologias de Informação e Comunicação, Gustavo Villate, e da Indústria e Comércio, Javier Giménez. Questionado sobre possíveis ações contra o Brasil na Corte Internacional de Justiça, Lezcano não descartou a possibilidade, mas disse que o Paraguai vai avaliar os próximos passos após o Brasil se explicar. Ele quer saber, por exemplo, quais foram os resultados da ação hacker, quais informações foram obtidas e o que foi feito com elas.

Segundo investigação em curso da Polícia Federal (PF) sobre a Abin, a operação foi autorizada em junho de 2022, ainda durante o governo de Jair Bolsonaro, mas executada em 2023, já no mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No depoimento de um agente da Abin envolvido na operação, ouvido pela PF, consta que o atual diretor-geral da agência, Luiz Fernando Corrêa, indicado por Lula, teve conhecimento da ação. Porém, o governo federal negou envolvimento, e disse que a invasão de sistemas foi encerrada em março de 2023, assim que foi descoberta, antes da posse de Corrêa.

Márcio Batista/MRE



O governo paraguaio, porém, rejeitou a explicação. "Não estamos considerando que foi uma ação de um governo anterior do Brasil contra um governo anterior do Paraguai. Nós estamos considerando que foi uma ação de um país contra o outro e, portanto, tomaremos todas as medidas necessárias para proteger os interesses do Paraguai", declarou o ministro Gustavo Villate, das Comunicações. A pasta iniciou uma investigação para detectar brechas de segurança que tenham ocorrido

entre junho de 2022 e março de 2023 que possam estar relacionadas com a operação da Abin.

Já o ministro da Indústria, Javier Giménez, admitiu que há um estreitamento na confiança entre os dois países, especialmente na gestão da Itaipu. "O que o governo do Paraguai está fazendo é pedir explicações, ao mesmo tempo em que suspendemos as negociações sobre o Anexo C indefinidamente, porque temos que restituir o que é fundamental para a relação, que é a confiança. Somos

sócios na maior hidrelétrica do mundo", salientou Giménez. "Estou certo de que o Brasil vai detalhar essa ação de inteligência, porque eles certamente vão querer esclarecer o caso e restituir a confiança, porque teremos que sentar na mesa e negociar o Anexo C", acrescentou.

Brasil e Paraguai detêm 50% da usina de Itaipu, mas o lado paraguaio vende a energia excedente ao lado brasileiro. Segundo as investigações, o ataque hacker ocorreu meses antes de um acordo

firmado em maio de 2024 que reajustou a tarifa paga pelo Brasil em 15,4%, para US\$ 19,28 por kW. Os dois países também estão negociando os termos do Anexo C do tratado de Itaipu, que define as bases financeiras da comercialização de energia, incluindo tarifas, financiamentos e outros aspectos da prestação de serviço. Para o Brasil, os preços deveriam estar baixando e não subindo, já que a dívida criada para a construção da usina está sendo amortizada ao longo dos anos.



Isso é uma violação do direito internacional, a intromissão em um assunto interno por parte de um país em outro"

Rubén Lezcano,
ministro das Relações
Exteriores do Paraguai